

A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA OBRA E PENSAMENTO DE ANÁLIA FRANCO¹

Eliane de Christo Oliveira
Universidade São Francisco
Moysés Kuhlmann Jr.
Universidade São Francisco
Fundação Carlos Chagas

Introdução

Este texto pretende apresentar pesquisa em desenvolvimento que discute o trabalho empreendido por Anália Franco, relacionado à educação da criança e das mulheres pobres, em São Paulo, no final do século XIX e início do XX.

O percurso trilhado por Anália, o espaço de visibilidade conquistado por ela, as rupturas e limites para a sua atuação, são marcados pela defesa que assume ao acesso indiscriminado de crianças e mulheres à educação. Trata-se de uma personagem importante na luta pela implantação da educação infantil no Brasil.

Nascida em Resende, Rio de Janeiro, em 1853, Anália migrou para São Paulo com 8 anos de idade e ali viveu e desenvolveu seus projetos educacionais, fundando, em 1901, a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI), que disseminou pelo estado cerca de 110 escolas maternais, asilos e creches, liceus femininos, escolas noturnas para analfabetos e uma colônia regeneradora. Durante sua trajetória, Anália recebeu apoio dos republicanos e da maçonaria, motivos que lhe renderam críticas ácidas do Clero. Morreu em 1919, vítima de gripe espanhola, na capital paulista.

Trajatória de Anália

Ao analisar fontes relacionadas à obra e pensamento de Anália Franco, como a revista *Álbum das Meninas*, os *Manuais* de suas escolas maternais e *Relatórios da AFBI*, foi possível

¹ Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa “Temas e Fontes na História da Educação das Crianças”, coordenado por Moysés Kuhlmann Jr., e conta com apoio financeiro de bolsa de mestrado da CAPES, concedida a Eliane de Christo Oliveira.

perceber uma mulher com uma atuação marcada por ações efetivas no campo da educação infantil no estado de São Paulo. Partilhava do ideal de que a mulher alcançasse sua independência, por esforço próprio, por isso colaborou por meio de ações educativas com a promoção da educação feminina. Seu esforço era no sentido de romper com o estereótipo da incapacidade intelectual e da fragilidade da mulher. Desejava costumes novos para o contingente feminino da virada do século XIX para o XX, costumes que pudessem incluir em seu cotidiano tanto o acesso à leitura e à escrita, quanto meios de garantia do próprio sustento.

Na sua trajetória, enquanto educadora, Anália não prescindiu de outras ferramentas, encontradas principalmente na literatura e no jornalismo, onde exercitou sua escrita, deixando uma obra que inclui romances, contos, poesias, peças teatrais, crônicas, opúsculos, dissertações evangélicas, hinos, livros didáticos e opúsculos diversos.

Em 1898 criou sua própria revista, intitulada *Álbum das Meninas*. Segundo Muzart (2000, p.621), Anália teria colaborado também com periódicos como: *A Família* (1888), fundado por Josefina Álvares de Azevedo; *A Semana*, de Valentim Magalhães; *A Educação* (1902); *A Mensageira*, dirigida por Prisciliana Duarte de Almeida; *Eco das Damas*, dirigido por Zalina Rolim, Inês Sabino e outras; *O Estado de São Paulo*; *Almanaque das Senhoras*, de Lisboa.

Pelo acesso à escola normal, já que Direito, Engenharia e Medicina eram profissões reservadas aos homens, Anália e outras mulheres encontraram no exercício do magistério e no jornalismo espaços e meios que propiciavam escrever suas idéias, expressar seus pensamentos e atuar na vida social. A concretização dessa expressão foi muitas vezes por meio de páginas de revistas femininas.

Anália não pertencia à elite paulistana, mas se relacionava bem com ela. Defensora da liberdade de pensamento, abolicionista e republicana, intriga-nos investigar quais fontes a informaram e como se incorporaram na sua maneira de pensar a educação, traduzida no seu empreendimento social.

O recorte temporal definido para a realização desta pesquisa, inclui as últimas três décadas do século XIX até a segunda década do século XX, período de efervescentes mudanças no panorama sócio-político-econômico e cultural, que resultaram em uma série de debates e propostas que visavam à implantação da ordem e do progresso pela educação, principalmente, das classes subalternas.

Não foi por acaso que a AFBI foi fundada e, por certo, não nasceu de um projeto prematuro. A nosso ver, havia em Anália um crivo bastante racional, assim como uma espécie de fio tênue condutor entre suas ações. Anália Franco articulava-se muito bem politicamente, ao que parece, segundo pronunciamentos de pessoas públicas do tempo em que presidiu a AFBI, fundada em São Paulo no dia 17 de novembro de 1901.

Com a implantação da Associação, iniciava-se uma nova fase na vida de Anália Franco, que lhe exigiu uma dedicação integral até 1918. No cenário político em que a República tinha sido recém instalada, apontava-se para a construção de uma nova sociedade, que atingisse o status de nação moderna, para o que a educação era considerada um importante alicerce.

Nesse período, questões de relações internacionais, de produção, trabalho e mercado, de ciência e técnica, de política e de organização do Estado e das instituições sociais, de grupos e classes sociais, de relações de força, estão presentes nos debates sobre as concepções e as definições legais e normativas de um conjunto de iniciativas para a infância, com a contribuição de médicos, juristas, religiosos, engenheiros, educadores entre tantos outros. A distribuição de competências, das atribuições do Estado e da sociedade, com a delimitação dos campos jurídico, médico, assistencial, educacional, assim como o debate sobre as definições legais e normativas, não é algo estanque e corporativo, como se nota pela ampla gama de setores sociais que interagem em torno das propostas para a infância. Do ponto de vista da abrangência e do conteúdo das suas propostas, a educação – pelo que é e pelo que deixa de ser, pelo que significa e pelo que produz – aparece como um fator estruturante da sociedade “moderna”. (Kuhlmann Jr., 2002)

Em sintonia com essa atmosfera e por todo um histórico anterior – marcado por ações que privilegiavam a criança e a mulher –, Anália Franco, ao presidir a AFBI, evidencia a presença feminina nesse processo, que põe o universo da mulher, o magistério e o exercício dessa profissão, como trampolim para a atuação na vida pública e como um lugar de relações sociais e de trocas de idéias.

De acordo com seus estatutos, a AFBI foi fundada para proteger e educar as crianças das classes “desvalidas”, bem como as mães desamparadas. Educação e assistência caminhavam lado a lado nas instituições de Anália. Sem prescindir de cuidados de saúde e higiene, a educadora contou com a colaboração voluntária de médicos amigos, como Marie Renotte e dos homeopatas Alberto Seabra e Militão Pacheco.

Ao que indica, Anália e as sócias fundadoras tinham um bom relacionamento político. Em dois meses, a lista de sócios da AFBI atingiu 2 mil signatários de nacionalidades e crenças diversas. A Associação recebeu o apoio governamental, por meio de auxílio financeiro, cessão de prédios para o funcionamento das escolas, dos liceus (capital e Santos) e o fornecimento de passes gratuitos (transporte) para as diretoras que fiscalizariam as escolas (MONTEIRO, 2004, p.74).

No despacho, assinado em 29 de outubro de 1901, o secretário do interior, Bento Bueno, escreve o seguinte:

Revelando o vosso programa um grau de civilização que honra, sobremaneira, o nosso Estado e preenchendo, realmente, os reclamos de uma cidade populosa e industrial como São Paulo, tenho a satisfação de vos declarar que, para a realização dele, podeis contar com todas as facilidades do meu alcance. (BARROS, 1982, p.102)

De acordo com Tizuko Kishimoto, Anália, por ser membro do Partido Republicano, pôde contar com o apoio da equipe instalada no poder no início da República. Este apoio não vincularia as obras sociais de Anália às metas do partido, pelo menos no plano financeiro:

Suas atividades apresentam como motivação básica a própria sensibilidade para os problemas sociais da época. A ausência de proteção à mãe pobre e à criança é a mola propulsora que leva Anália à criação de creches, asilos e escolas maternas. (1988, p.54)

Na opinião de Kishimoto (1988, p.54), a comunhão de idéias entre Anália e o grupo que estava no poder evidencia-se em fatos como a presença do secretário do interior, Bento Bueno, na inauguração das atividades da Associação, além da autorização concedida por Bernardino de Campos para que os liceus da capital e de Santos funcionassem nos prédios dos grupos escolares, sem contar a concessão dos passes (subsídio para transporte) para professores e diretores de escolas da capital e interior.

As atividades da AFBI começaram em prédio público, no Largo do Arouche, nº 58 e 60, assim como a primeira escola maternal da AFBI. Este era o mesmo endereço onde, dois anos antes, funcionava a revista *Álbum das Meninas*, de responsabilidade de Anália Franco. A concessão desse local é outra evidência de suas relações políticas.

O senador Paulo Egydio, conforme consta na biografia de Anália, também seria um admirador de sua obra. Em sua opinião, Anália prestava mais serviços ao Estado de São Paulo do que qualquer presidente, ao criar no prazo de dois anos cerca de 28 escolas (MONTEIRO, 2004, p.86). É importante lembrar que Bernardino de Campos e Paulo Egydio eram vistos como “livres-pensadores” pelos católicos, por serem favoráveis ao ensino leigo.

Pela AFBI, foram fundadas escolas maternais, asilos, creches, liceus, escolas noturnas, uma colônia regeneradora e montada ainda uma banda e orquestra feminina. Anália privilegiava nessas instituições, a educação moral e acreditava que, pelas classes desvalidas, poderia se regenerar uma grande parte da sociedade.

De acordo com Monteiro (2004), a Associação se espalhou para outros estados, como: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, embora tenha sido em São Paulo o maior número de escolas instaladas e ainda hoje em funcionamento.

Na cidade de São Paulo, a AFBI instalou-se, além do prédio no Largo do Arouche, na Ladeira dos Piques nº 13 e 21 (1903), na rua São Paulo nº 47 (1906) e na rua dos Estudantes nº 19 (1908), atual XV de novembro. Funcionou também numa chácara em Pinheiros, em 1910. A partir de 1911, instalou-se na Fazenda Paraíso, no Tatuapé, onde permaneceu até 1997, transferindo-se para o município de Itapetininga, no interior de São Paulo, onde ainda atua. A Associação manteve também um Bazar na rua do Rosário nº18 e uma sucursal na Ladeira dos Piques nº 24. Suas escolas funcionaram em diversos bairros operários como Brás, Bom Retiro e Mooca.

Os recursos financeiros para a subsistência do empreendimento social de Anália vinham da renda proveniente da venda de seus livros, de assinaturas do jornal *D'A Voz Maternal*, de ingressos de teatros infantis e de apresentações da Banda Feminina, dos direitos autorais da revista *Álbum das Meninas* e de produtos das oficinas de costura, de flores e chapéu. Outras fontes, provavelmente de onde vinham os recursos mais efetivos, eram do pagamento das taxas pelos sócios, os donativos de simpatizantes e as pequenas subvenções estaduais e municipais.

A Associação privilegiava dois públicos: a criança e a mulher. Assim, a atuação da AFBI voltou-se para a educação infantil - implantando creches e escolas maternais destinadas às crianças entre 2 e 8 anos - e para a profissionalização de mães e órfãos de maior idade - por meio de asilos, abertos a mulheres pobres, com ou sem filhos, que recebiam formação profissional. Havia também, de acordo com os estatutos da AFBI, os *Liceus Femininos*, destinados a ministrar instrução teórica e prática a todas as pessoas do sexo feminino que se propusessem a ministrar a profissão do magistério nas Escolas Maternais e elementares da Associação Feminina.

Primeiro curso paulista destinado a preparar professores para escolas maternas, o *Liceu Feminino de São Paulo*, foi fundado em 1902. No ano seguinte criou-se o Liceu de Santos. Ao proporcionar formação de jovens no magistério, Anália previa a disseminação do seu método educacional entre as escolas e asilos da capital e do interior, ligados à AFBI. Três anos durava o curso que habilitava professoras para dar aulas ao primário. Para as *Escolas Maternas* o tempo de duração do curso era de dois anos.

Anália elaborou e publicou várias obras didáticas com a finalidade de orientar os cursos da AFBI, entre eles o *Manual para as Escolas Maternas da Associação Feminina Beneficente e Instructiva*, de 1902. Para ela:

A educação e a instrução se acham tão estreitamente unidos, que são como elementos inseparáveis d'um mesmo systema, embora a instrução não seja senão um ramo de educação, mais um ramo subordinado. A instrução apenas dá à criança alguns conhecimentos e só a educação as torna aptas para fazer um bom uso dos conhecimentos adquiridos. (1902, p.10)

Maçonaria e espiritismo

Na primeira página do *Jornal São Paulo*, publicado em 29 de janeiro de 1908, as instituições de Anália são apontadas como “espíritas”, “perigosas”. Acusam-nas de viverem à custa de subvenções maçônicas e da proteção de “livres-pensadores”. O trecho, conforme citado no trabalho de Monteiro (2004, p.192), diz o seguinte:

Essas escolas, para uns suspendem a taboleta de institutos leigos, acolhendo a todos, judeus, protestantes, espíritas, livres-pensadores, catholicos, para outros a quem não soe bem a denominação de Institutos sem religião, falam de Deus e Jesus, em Maria e assim vão enganando as consciências tímidas e desconfiadas, que se não apercebem de que aquelles santos nomes, envolvidos em taes escolas nada significam senão uma profanação a mais a acrescentar às outras a que o espiritismo se entrega.

Quando trata das posições sociais e políticas de Anália, Monteiro afirma que Anália recebia forte oposição da Igreja por suas convicções espíritas e pelo apoio da Maçonaria à sua obra. Na revista nº 7 da revista *Álbum das Meninas* – que ainda não analisamos – segundo Monteiro, Anália publica uma crônica, em que expõe as raízes de seu pensamento político e social, demonstrando afinidade com as idéias maçônicas e republicanas.

Pela leitura que realizamos dos relatórios da AFBI, pudemos perceber que havia algumas lojas maçônicas que apoiavam a obra de Anália Franco, sendo que algumas de suas escolas levavam o nome de lojas, como o caso das Escolas Maternas “*Grande Oriente*”, na

capital, *Fé e Perseverança*, de Jaboticabal, *Amor e Luz*, de Sertãozinho, e *Estrela de Rio Claro*, de Rio Claro.

Na capital, a Loja Maçônica Sete de Setembro chegou a manter 12 escolas e Asilos e Creches da Associação, que também recebeu o apoio das Lojas Comércio e Ciências e Grande Oriente de São Paulo. No interior, de acordo com Monteiro, colaboraram ainda: *Estrela D'Oeste* (Ribeirão Preto); *Fraternidade Paulista* (Barretos); *Corações Unidos* (Santa Cruz das Posses); *Amor à Pátria* (Bragança Paulista) e *São Paulo* (São João do Paraíso).

Por tratar-se de uma ordem que não admite mulheres no seu grupo, não podemos afirmar que Anália pessoalmente tenha feito parte da sociedade maçônica, o que pode ter ocorrido de maneira indireta, via seu marido, ou até mesmo via sua rede de relacionamentos, por meio de sócios, maridos de sócias e membros da diretoria da ABFI.

Ainda que não tenhamos encontrado nenhum registro que demonstre uma ligação direta de Anália com a Maçonaria, nos chamou a atenção o artigo *A Mãe da Pobreza*, também do seu biógrafo, Eduardo Carvalho Monteiro (sem data). O autor discute a presença feminina na maçonaria através da *Associação Operárias Leigas do Bem*, entidade que ele se refere como Para-maçônica, ligada à Loja “Piracicabana”, fundada em 1897.

A mulher que inspira o título de seu artigo é D. Eugênia da Silva, última sobrevivente da agremiação. Ao seu lado estavam outros nomes como Escolástica do Couto Aranha, presidente da *Associação*, Augusta da Silva Possolo, Maria Mendes, Carlota de Paula Ferreira, Joaquina da Silva, Sara Gooda, Ana Couto e Teresa Castanho, e de outras que não são citados os nomes, mas que seriam cerca de 50. Tendo por fim amizade e concórdia, o trabalho das associadas almejava a regeneração da mulher, sua reabilitação social e a garantia de seus direitos. De acordo com o *Almanak de Piracicaba de 1900*, a execução do programa da *Associação Operárias Leigas do Bem* se fazia por:

Intermédio da instrução gratuita em todas as escolas fundadas pela associação, por conferências públicas, por Propaganda escrita, por socorros aos indigentes, pela fundação e manutenção de hospitais e asilos, por socorros aos indigentes, pela fundação e manutenção de hospitais e asilos ou auxílios aos que já existem com caráter leigo. (ALMANAK DE PIRACICABA DE 1900 apud MONTEIRO)

A princípio, não há sinais da filiação de Anália com a *Associação*, porém os preceitos que reuniam as mulheres em torno do trabalho da agremiação, como pudemos ver pela sua

propaganda, aproximam-se bastante dos valores da AFBI. A mulher está de novo no centro das discussões.

Um outro fragmento na trajetória de Anália – a deliberação em Ata da Associação, em 3/2/1903, quanto à permanência da sede do *Centro Espírita de São Paulo*, no Largo do Arouche nº 64, sugere que o Espiritismo poderia ser de fato a opção religiosa da educadora. Por meio de ofício se propunha que no espaço pudessem funcionar à noite, os trabalhos desse Centro. Durante o dia a sala estaria livre para funcionar uma das Escolas Maternais. A proposta do ofício foi posta em votação e a solicitação aceita. É importante destacar que o marido de Anália, Sr Bastos, foi o fundador e um dos dirigentes do *Centro Espírita de São Paulo*. O Centro, por sua vez, foi pioneiro na aglutinação do movimento espírita em São Paulo no início do século XX.

Anália era uma defensora da liberdade de pensamento e como já pudemos discutir, teve na causa da criança desvalida e da mulher o alicerce de sua obra educacional e social. Não fazia distinção de credo ou de cor, recebendo crianças, de ambos os sexos, e mulheres de qualquer procedência religiosa ou étnica. Imprimiu desta forma, um caráter laico à AFBI e em nenhuma das fontes que analisamos encontramos qualquer associação da imagem da AFBI à religião Espírita. No cenário de conflitos sociais, embates religiosos e disputas que marcavam a época em que Anália teria se tornado Espírita, talvez resida a explicação quanto ao fato de ela ter mantido anônima sua opção religiosa.

Conforme Monteiro, ela não queria expor a Associação a rotulagens que pudessem comprometer e causar mais oposição a seu trabalho. (2004, p.205). Porém, com a colaboração de Bastos, seu marido, ela chegou a escrever o opúsculo *Habilitação à Assistência nas Sessões de Espiritismo*, em 1912.

Conclusão

Na fase em que a pesquisa se encontra, temos apenas algumas conclusões preliminares, quanto à atuação de Anália Franco na perspectiva educacional. Avaliamos que o espaço de sociabilidade que conquistou pelo magistério e pela imprensa constituiu-se em aliado para as conquistas que pretendia no campo social. Não é sem sentido que ela se atirou a uma intensa produção literária, criando sua própria revista e colaborando amplamente com a imprensa feminina. Se pela via de acesso da educação das mulheres, ela focava a educação da criança,

pela via da comunicação e da literatura, ela projetava-se como sujeito emissor de mensagens e pensamentos que acreditava. Por questões como estas, entendemos que estudar a obra e pensamento de Anália Franco é contribuir para a construção da história da educação no Brasil.

Referências Bibliográficas

ÁLBUM DAS MENINAS, São Paulo, n.9, 1898

ÁLBUM DAS MENINAS, São Paulo, n.24, 1901

ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA. Relatório. São Paulo: Typografia D'A Voz Maternal, 1905.

ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA. Relatório. São Paulo: Typografia D'A Voz Maternal, 1907.

ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA. Relatório. São Paulo: Typografia D'A Voz Maternal, 1910

ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA. Relatório. São Paulo: Typografia D'A Voz Maternal, 1912.

FRANCO, Anália. *Manual das escolas maternas da Associação Feminina Beneficente e Instructiva*. São Paulo: Tipo-Lithographia Ribeiro, 1902.

BARROS, Maria Cândida Silveira. *Vida e obra de Anália Franco*. São Paulo: Edição própria, 1982.

KISHIMOTO, Tizuko M. *A pré-escola em São Paulo*. São Paulo. Ed. Loyola, 1988.

KUHLMANN JR, Moysés. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, M. C., KUHLMANN JR., M. (orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo : Cortez, 2002, p.459-503.

MONTEIRO, Eduardo Carvalho. *A Grande dama da educação brasileira*. São Paulo: Madras. 2004.

_____.universoespirita.org.Br/texto%2015_06_01/texto_Eduardo/mãe.htm, julho de 2006, p.1

MUZART, Zahidé Lupinacci (org). *Escritoras brasileiras do século XIX*. 2. ed. Ver. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EUNISC, 2000. p.616-632